



“Histórias do Trabalho no Sul Global”

“Historias del Trabajo en el Sur Global”

“Labour Histories from the Global South”

I Seminário Internacional de História do Trabalho

V Jornada Nacional de História do Trabalho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

25-28 de Outubro de 2010

Referências teóricas da historiografia do trabalho. E. P. Thompson no Brasil em perspectiva comparada

Marcelo Badaró Mattos*

Há certo acordo nas avaliações historiográficas de que E. P. Thompson é a principal referência teórica dos historiadores do trabalho no Brasil, desde os anos 1980. É possível encontrar alguns eixos dominantes de leitura do historiador inglês, apesar da ampla diversidade dessa literatura especializada. Preocupações com a ação consciente dos trabalhadores – sujeitos de sua própria história – e combinações de análise sobre cultura, consciência e ação política de classe, por exemplo, estão entre as principais características da forma como os historiadores do trabalho no Brasil buscam inspiração nos escritos de Thompson. Esta comunicação tem por objetivo comparar essas leituras locais de Thompson com as de historiadores do trabalho em outras regiões do globo, especialmente no chamado Sul Global. Com isso, pretende-se tanto ampliar o

* Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do CNPQ. Ex-coordenador do GT-Mundos do Trabalho da ANPUH.

entendimento das especificidades dos “usos” de Thompson no Brasil, quanto contribuir para o diálogo de historiografias do trabalho que, apesar de suas especificidades nacionais, possuem em comum uma forte influência da história social inglesa, com destaque para a obra de E. P. Thompson.

I

A reflexão exposta neste texto se insere em um projeto de pesquisa mais amplo, cujo objetivo principal é analisar comparativamente as trajetórias recentes (anos 1980 à década em curso) das historiografias do trabalho do Brasil, África do Sul e Índia, focando a análise nas discussões sobre a convivência e combinação entre formas e relações de trabalho “livres” e “não-livres” nos respectivos processos de formação da classe trabalhadora. Temas relacionados ao entrecruzamento entre raça/casta/classe nesses processos também são alvo de especial atenção.

Além disso, o projeto se propõem também a: identificar as trajetórias e principais linhas de rumo da recente historiografia do trabalho nesses três países; avaliar a pertinência das discussões conceituais sobre a classe trabalhadora e as propostas de interpretação ampliada do conceito, à luz do debate historiográfico privilegiado pelo projeto; ampliar as possibilidades de intercâmbio transnacional entre historiadores do trabalho provenientes dos três países enfocados pelo projeto; e, por fim, lançar bases, através de um mínimo mapeamento da historiografia especializada, para o desenvolvimento de pesquisas empíricas comparativas e/ou transnacionais.

As colaborações acadêmicas entre Brasil Índia e África do Sul têm sido ampliadas e mesmo estimuladas pelos órgãos de fomento à pesquisa.¹ Tais contatos são em grande parte impulsionados pela criação e desenvolvimento de um bloco diplomático e de acordos comerciais trilaterais entre os países.² Vistos pelo ângulo governamental, ou empresarial, esses processos de integração econômica podem deixar à margem da discussão, entretanto, um dado comum à trajetória de desenvolvimento econômico de três países que, por diferentes caminhos, ultrapassaram a fase colonial e integraram-se de forma periférica ao capitalismo global, mas exercem liderança regional

¹ Ver, por exemplo, o [Edital MCT / CNPq Nº 045/2009](#)

² Sobre estas relações trilaterais ver, por exemplo, Lima, Maria R. Soares e Hirst, Monica (orgs.). *Brasil, Índia e África do Sul*. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

expressiva. Assinalo, justamente, o dado comum do modelo de desenvolvimento industrial/capitalista ter se apoiado na manutenção de profundas desigualdades sociais, gerando processos de formação da classe trabalhadora em que convivem diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital, muitas vezes agravadas por componentes raciais/étnicos ou de castas, resultando em combinações perversas de exploração econômica, discriminação e preconceito.

Por outro lado, devo ressaltar que, além dos pontos de diálogo visíveis entre a história social do trabalho produzida nesses três países, há dimensões institucionais que facilitam o acesso e a troca com os pesquisadores sul-africanos e indianos.

O primeiro deles é a existência de associações de historiadores do trabalho que, nos últimos anos, vêm intensificando seus intercâmbios. No Brasil, temos desde 2001 o Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho, no interior da ANPUH, que reúne mais de uma centena de pesquisadores de todo o país nos simpósios temáticos que organiza por ocasião dos encontros nacionais e regionais da ANPUH e já promoveu quatro jornadas nacionais de história do trabalho. Participo deste grupo desde sua fundação e já exerci sua coordenação nacional no período 2005-2007.

Na Índia, foi organizada em 1996 a Associação de Historiadores do Trabalho da Índia (AILH na sigla em inglês), que já organizou oito congressos e sedia um grande arquivo digital de fontes sindicais. A produção dos historiadores reunidos em torno da associação está disponível em sua página eletrônica e em algumas publicações coletivas.³

Já na África do Sul, a Universidade de Witwatersand, em Johannesburg, sedia desde 1977 o grupo History Workshop, que se tornou o pólo aglutinador do vetor mais renovado de história social do trabalho no país.⁴ Os encontros do grupo, muitos com caráter internacional, foram um dos principais estímulos para o intercâmbio de pesquisadores do hemisfério sul. No último encontro, a conferência “Labour crossings: world, work and history”, realizada em 2008, aprovou-se a criação de uma associação de historiadores do trabalho da África do Sul. Em torno das publicações e anais das conferências do History Workshop é possível tomar contato com boa parte da produção mais recente do país na área.

³ Sobre a associação ver www.indialabourarchives.org, último acesso em outubro de 2009.

⁴ Sobre o History Workshop, ver Bonner, Philip. “New nation, new history: The History Workshop in South Africa, 1977-1994”. *The journal of American history*. Vol. 81, no. 3, dezembro de 1994.

O intercâmbio tende a ser ampliado, graças justamente a este encontro internacional, em combinação com a quinta edição das jornadas do GT Mundos do Trabalho, acertado quando do evento de 2008 em Johannesburg, em que historiadores do trabalho da Índia e África do Sul, entre outros oriundos de diversos países, estão presentes.

Por fim, ainda no que tange aos caminhos institucionais que viabilizam uma pesquisa deste tipo, cabe explicar que boa parte das iniciativas de estímulo à organização de associações de historiadores do trabalho e de intercâmbio entre pesquisadores numa escala global, teve por pólo de estímulo as atividades do Instituto Internacional de História Social (IISG na sigla original), bem como de seu diretor de pesquisa, Marcel van der Linden.⁵ A revista publicada pelo Instituto – a tradicional *International Review of Social History* – possuiu inúmeros artigos e números especiais inteiros dedicados à história do trabalho nesses países. Seus arquivos abrigam documentação oriunda de todo mundo, incluindo o Brasil e os demais países envolvidos nesta proposta.

Por outro lado, há que se destacar que uma certa linguagem teórica comum viabiliza a comparação historiográfica. É nesse ponto que se concentrará minha comunicação. Índia e África do Sul possuem, em graus diferentes, a influência do meio universitário britânico, introduzida pelos laços das dominações coloniais e reforçada pelo fato de o inglês ser, entre as línguas oficiais dos dois países, a única nacionalmente unificadora e dominante no ensino universitário. E os debates hoje já clássicos da história social inglesa sobre a classe trabalhadora influenciaram muito tanto historiadores do trabalho indianos quanto sul-africanos, com destaque para a obra de Edward Thompson.

Na Índia, tal influência foi marcante desde os anos 1970, como se percebe pela presença do próprio historiador inglês no Congresso dos Historiadores da Índia, em 1976, mas foi mais sensível a partir da divulgação dos estudos do grupo reunido por Ranajit Guha, em torno da publicação *Subaltern Studies*, a partir de 1982.⁶ Já na África do Sul, a própria denominação do grupo History Workshop já revela a proximidade com as propostas da geração de intelectuais militantes da New Left, que teve em Thompson

⁵ Informações sobre o Instituto em <http://www.iisg.nl/>, último acesso em outubro de 2009.

⁶ Sobre os estudos subalternos ver, por exemplo, Guha, R. & Spivak, G. Chakravorty (Eds). *Selected subaltern studies*. Oxford, Oxford University Press, 1988.

um de seus protagonistas. Além disso, foi através dessa matriz da história social inglesa e das noções thompsonianas de agência, experiência e cultura, que se buscou inspiração para a crítica da história “estruturalista” do trabalho movida pelo grupo.⁷ É inegável que no Brasil, apesar da diferença lingüística, a linguagem conceitual da história social britânica e, em especial, da obra de Thompson, é também a principal referência entre os historiadores do trabalho.⁸

Minha intenção aqui é desenvolver um pouco mais essa perspectiva comparativa de análise da historiografia social do trabalho nos três países, tendo por fio condutor a influência das referências inglesas, particularmente a obra de E. P. Thompson. Partirei do impacto da obra de Thompson entre os historiadores do trabalho no Brasil, estabelecendo algumas comparações com a forma como as historiografias indiana e sulafricana incorporaram a mesma referência para, respeitadas as especificidades, tratarem de temas semelhantes.

II

Os estudos universitários sobre história social do trabalho no Brasil possuem uma tradição de pouco mais de três décadas. Neste período, podemos dizer que os historiadores brasileiros do trabalho ampliaram seus horizontes de análise, quebrando algumas barreiras cronológicas, temáticas e espaciais. Apenas para citar alguns exemplos dessa ampliação, podemos mencionar, do ponto de vista cronológico, que os historiadores do trabalho iniciaram seus estudos (nos anos 1970-1980) pelo período da Primeira República, avançaram nos recortes para o estudo do pós-1930 e mesmo para a chamada história do tempo presente, como se percebe por uma série de trabalhos produzidos nos anos 1990-2000.⁹

No que tange às temáticas, estas se diversificaram progressivamente, da ênfase inicial nas formas organizativas (sindicalismo em especial) e lutas coletivas (particularmente as greves), para estudos que sem esquecê-las centraram-se nas dimensões do cotidiano e lazer dos trabalhadores, bairro e moradia, condições de

⁷ Ver a esse respeito Bonner, P., Hyslop, Jonathan & Walt, Lucien van der. “Rethinking worlds of labour: southern african labour history in international context.” *African Studies*. Vol 66, nos.2-3, agosto-dezembro de 2007. P. 149.

⁸ Mattos, Marcelo B. “E. P. Thompson no Brasil”. *Outubro*, no. 14, 2006.

⁹ Um balanço sobre estas produções se encontra no primeiro capítulo de Mattos, Marcelo Badaró (coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca – 1945-1964*. Rio de Janeiro, APERJ/Faperj, 2003.

trabalho, cultura da classe, entre outros. Nos anos 2000, uma importante combinação de ampliações temática e cronológica foi verificada em uma série de trabalhos de pesquisa que romperam a barreira temporal de 1888 e combinaram a análise das formas de trabalho e dos trabalhadores escravos e livres.¹⁰

Pensando em termos de recortes espaciais, é fato que as primeiras pesquisas históricas sobre os trabalhadores brasileiros eram fortemente concentradas em São Paulo e, numa escala menor, no Rio de Janeiro. Nas últimas duas décadas, o desenvolvimento de pesquisas na área teve forte crescimento em várias outras regiões do país, possibilitando agora tanto abordagens que aprofundem as discussões sobre as especificidades regionais quanto sínteses de ambição nacional.¹¹

Essa trajetória possibilitou a superação de certas concepções que apresentavam a classe trabalhadora brasileira como atrasada, desorganizada, ou pouco consciente, qualificações quase sempre construídas a partir do que se considerava ser o padrão de organização, mobilização e consciência de classe, associado aos trabalhadores das nações européias. Tais comparações partiam em geral de uma certa idealização da classe trabalhadora dos países de industrialização mais antiga e acabavam por tratar como insuficiências as especificidades do processo de formação de classe num país periférico, mas de rápido e desigual desenvolvimento urbano e industrial, como o Brasil do século XX.

Essa caracterização no negativo da classe – e de suas organizações e formas de luta coletiva – é o que encontramos, por exemplo, na perspectiva de Leôncio Martins Rodrigues, para quem, em contraste com modelos europeus, a situação da classe operária brasileira se caracterizaria por uma

diminuição da influência do proletariado na vida social do país e na configuração de comportamentos ‘classistas’ menos marcados. Estes traços são imediatamente visíveis quando se atenta: a) para a fraqueza do

¹⁰ Ver, por exemplo, Cruz, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930.” *Afro-Ásia*. No. 24. Salvador, 2001. Reis, João José. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. *Afro-Ásia*. No. 24. Salvador, 2001. Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas, EdUFPEL/Unitrabalho, 2001. Mattos, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

¹¹ Petersen, Sílvia R. F. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, no. 3, 1995.

sindicalismo brasileiro; b) para a inexistência de ‘partidos operários de massa’ e c) para a influência do populismo sobre as massas trabalhadoras.¹²

Nesse caso, as análises das ciências sociais em geral sobre a periferia do capitalismo encontravam-se profundamente impregnadas de uma perspectiva “etapista” (na versão “dualista” ou na perspectiva do marxismo da III Internacional), que acreditava que o subdesenvolvimento, ou os entraves (resquícios feudais ou semi-feudais) ao pleno desenvolvimento do capitalismo, eram uma etapa a ser ultrapassada pelo desenvolvimento pleno das forças produtivas e relações sociais capitalistas. Daí que os limites da plena formação da classe trabalhadora brasileira fossem associados a um “atraso”, a ser superado pela modernização econômica do país.

O enfoque desta minha pesquisa também é comparativo. Espero, entretanto, evitar os problemas de uma comparação como aquela. Em primeiro lugar porque pretendi tomar a comparação a partir daquela premissa que embalou a perspectiva histórica de Edward Thompson, que em sua defesa da atenção às especificidades de cada processo histórico estudado, não desprezou o esforço por generalizações analíticas, baseadas em métodos e conceitos teoricamente consistentes, ao afirmar que “cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos amplamente separados no tempo e no espaço revelam, quando se estabelece relação entre eles, regularidades de processo”¹³

Além disso, minha pesquisa se propõe a comparar a classe trabalhadora brasileira com trabalhadores em outros espaços nacionais periféricos, que passaram pela condição colonial e viveram a industrialização, como processo, já no século XX. Melhor dizendo, estou buscando comparar não a classe trabalhadora, mas como esta classe é estudada pelas historiografias de três países: Brasil, Índia e África do Sul.

De forma a tornar a comparação mais manejável, optei por estabelecer um foco de discussão, um tema específico que permitisse a comparação entre realidades distintas, observando similaridades e diferenças. O projeto se concentrou, por isso, na análise da forma como a história social do trabalho lidou, nesses três países, com a realidade da convivência entre relações de trabalho dito “livre” e relações de trabalho mais próximas à compulsoriedade. Aí está incluída a escravidão, mas também estão os

¹² Rodrigues, Leôncio Martins. “Classe operária e sindicalismo no Brasil”. In *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo, Difel, 1968, p. 341.

¹³ Thompson, E. P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, pp. 97-98.

contratos de prestação de serviço em que os trabalhadores não possuem liberdade de movimentação territorial ou entre empregadores (no inglês tratados como *indentured labor* ou *bonded labor*) e as formas combinadas de relação de trabalho, como escravos que negociam sua força de trabalho por valores em dinheiro (embora parte dele tivesse que ser entregue ao senhor) ou a situação de trabalhadores que passam uma parte do ano em relações de trabalho comunitárias e outra parte envolvidos em relações de assalariamento ou em contratos de prestação de serviços.

Os clássicos do pensamento social crítico da virada do século XIX para o XX já haviam atentado para a questão, ao apontarem que o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista em sua fase de expansão global – o imperialismo – gerava uma convivência entre formas antigas e novas de organização da produção, que adquiriam especificidades em relação ao processo de desenvolvimento industrial capitalista nas primeiras nações que passaram por ele, como Inglaterra e França.¹⁴

Numa fase como a atual, em que a mundialização do capitalismo atingiu uma escala ainda maior e na qual a precariedade das formas de contratação e exploração dos trabalhadores parece adquirir ares de regra, mesmo nos países de desenvolvimento industrial mais avançado, os olhares dos historiadores estão se tornando mais aguçados para esse tipo de problemática.

Marcel Van der Linden, em seu esforço para sedimentar as bases de uma história global do trabalho, parte justamente desse tipo de questão para demonstrar os limites de uma abordagem tradicional de história do trabalho – por ele qualificada como eurocêntrica e marcada pelo “nacionalismo metodológico” – incapaz de romper com os modelos da trajetória européia e com as fronteiras dos estados nacionais. Para este historiador, perceber a diversidade de relações de trabalho envolvidas na exploração da classe trabalhadora, particularmente no lado Sul das relações globais estabelecidas pela expansão capitalista, é um passo fundamental para a construção de uma história realmente global do trabalho, bem como para uma rediscussão empiricamente menos restritiva do conceito de classe trabalhadora.¹⁵

¹⁴ Ver em Lenin a idéia de “crescimento desigual” em *El imperialismo, fase superior Del capitalismo*. Moscou, Editorial Progreso, 1982, p. 139. Ou Trotsky, Leon. *História da revolução russa*. São Paulo, Sundermann, 2007 (em especial, Tomo I, cap. 1)

¹⁵ Linden, Marcel van der. *Workers of the world. Essays toward a global labor history*. Boston, Brill, 2008.

Daí que a temática da convivência entre relações de trabalho assalariadas e outras relações de trabalho, “não livres”, em diferentes momentos da implantação e desenvolvimento das formas mercantis de exploração do trabalho venha sendo objeto de interesse por parte dos historiadores em várias partes, incluindo os três países a que este projeto faz referência.

Na historiografia indiana, por exemplo, esta perspectiva está presente no direcionamento de esforços para o entendimento da classe trabalhadora numa perspectiva mais ampla que a do operário industrial, ou do trabalhador formalmente empregado e assalariado, gerando um alargamento cronológico na aplicação da noção de trabalho informal.¹⁶ Ou na tradição de estudos que visa analisar as formas de utilização não plenamente assalariadas de trabalho, em plantações de chá ou de arroz, em torno de contratos de prestação de serviços (*indentured labor*).¹⁷

Na África do Sul, especialmente no que tange aos estudos sobre a mineração, também é significativa a produção em história do trabalho a respeito da combinação entre formas de exploração por contrato e o trabalho comunitário para subsistência nas comunidades em que os mineiros são recrutados.¹⁸

Relacionada a esta questão está a combinação entre exploração de classe e opressão racial, étnica ou de casta. A partir de diferentes processos históricos, podemos perceber como nesses três casos nacionais, diferenciações entre contingentes de trabalhadores alimentam formas diferenciadas de exploração do trabalho entre brancos e negros, ou entre castas superiores e inferiores, locais e migrantes. Tais processos, que de um lado são instrumentais para a expansão da acumulação capitalista (com limites característicos, também nesse caso, da condição periférica), por outro lado geram divisões entre os trabalhadores, colocando obstáculos específicos (mas não intransponíveis) aos processos de formação de classe, que também são alvo privilegiado de atenção por estudos das respectivas historiografias do trabalho.¹⁹

¹⁶ É o caso dos estudos reunidos na obra coletiva Bhattacharya, Saysachi & Lucassen, Jan (Eds.). *Workers in the informal sector: studies in labour history, 1800-2000*. Delhi, Macmillan, 2005.

¹⁷ Ver, por exemplo, Behal, Rana. “Power structure, discipline, and labour in Assam Tea Plantations under colonial rule”. *International Review of Social History*. Vol 51, Supplement. 2006.

¹⁸ É o que se percebe em estudos como Crush, J.S.; Jeeves, A. & Yudelman, D. *South African's labour empire: a history of Black migrancy to the gold mines*. Cape Town, David Philip, 1991.

¹⁹ Para o caso das combinações entre classe e casta na Índia, ver Joshi, Chitra. *Lost worlds: indian labour and its forgotten histories*. Delhi, Permanent Black, 2003. Ou Panini, M. N. “The political economy of caste”. In Srinivas, M. N. (Ed.). *Caste in twentieth century avatar*. New Delhi, Penguin, 1996. Para o caso sul-africano ver, por exemplo, Lipton, Merle. *Capitalism & Apartheid. South Africa, 1910-1986*. Cape

É neste aspecto, inclusive, que se concentram alguns dos trabalhos de cunho comparativo desenvolvidos, principalmente em relação a estudos sobre racismo e classe trabalhadora envolvendo Brasil e África do Sul (e algumas vezes os Estados Unidos também).²⁰

III

Nesse ponto, precisamente, reside a importância da discussão sobre as referências teóricas comuns a esses estudos de história social do trabalho nos três países. É fato que E. P. Thompson escreveu sobre a formação da classe trabalhadora na Inglaterra, de uma perspectiva bastante insular. Essa é, aliás, a razão de uma crítica recente a seu trabalho, a partir da perspectiva dos que buscam pensar a história do trabalho em uma escala transnacional. É o caso, por exemplo, do comentário de Marcel van der Linden, notando que seus estudos sobre a formação da classe tomam a Inglaterra como “unidade lógica de análise” e quando atentam para a importância de processos ocorridos em outros espaços (como a Revolução Francesa), os caracterizam como “influências estrangeiras”. Por isso, segundo Linden, “Thompson reconstroi o processo inglês de formação da classe (no período de 1792-1832) como um processo fechado em si mesmo.”²¹

Um estudo, também comentado por Linden, que demonstra empiricamente um dos limites dessa perspectiva “insular”, é o desenvolvido por Linebaugh e Rediker, que perceberam, por exemplo, como na construção da Sociedade de Correspondência de Londres – associação a partir da qual Thompson inicia sua discussão da formação da classe – estiveram presentes trocas de experiências importantes, nos anos 1790, entre

Town, David Philip, 1989. Para o caso brasileiro, apenas para citar uma referência fundamental, Guimarães, Antonio Sérgio. *Raças, classes e democracia*. São Paulo, 34 letras,

²⁰ Como Marx, A. *Making race and nation: a comparison of the United States, South Africa and Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998. Há comparações também no campo dos estudos sobre sindicalismo, como Seidman, G. *Manufacturing militancy: workers movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*. Berkeley: University of California Press, 1994. Há também comparações entre Índia e África do Sul, especialmente em torno da questão da imigração de trabalhadores, como Bonner, P. “Migration, urbanisation and social movements in Twentieth Century India and South Africa”. *Studies in History*, Vol. 20, no. 2, 2004.

²¹ Marcel van der Linden, “História do trabalho: o velho, o novo e o global”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, no. 1, jan-jun 2009, pp. 4-5. (<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho> acessado em fevereiro de 2010). As propostas de Linden estão mais desenvolvidas em *Workers of the world, op. Cit.*

militantes como o sapateiro Thomas Hardy, fundador da sociedade, sua esposa Lydia Hardy e Olaudah Equiano, seu vizinho e amigo, um africano que passara pela experiência da escravidão e trabalhara como marinheiro, tendo participado dos acontecimentos da “Revolução Americana”, nos anos 1870, e que acabou por se transformar em um dos principais propagandistas do abolicionismo em Londres, na última década do século XVIII. Tais trocas ajudam a compreender como nos primeiros momentos da Sociedade Londrina de Correspondência a referência à necessidade de libertação dos escravos estava presente. Da mesma forma, os autores apresentam o acontecimento da Revolução Haitiana e seu impacto no debate europeu como centrais para compreender o início da dissociação entre os discursos da classe trabalhadora londrina e a defesa mais enfática da abolição.²²

No entanto, tanto Linebaugh e Rediker assumem que as discussões de Thompson foram um dos pontos de partida fundamentais para sua incursão no mundo atlântico, quanto Linden defende que a obra de Thompson foi a mais importante referência da passagem a uma “nova história do trabalho”, definida como uma “revolução intelectual”.²³

É nesses marcos, de referência para o surgimento de uma “nova história do trabalho” que podemos pensar similitudes e especificidades dos usos de Thompson no Brasil, na Índia e na África do Sul. Particularmente porque, embora Thompson tenha estudado apenas os trabalhadores ingleses,²⁴ sua perspectiva de análise do processo de formação de classe, que recua a momentos anteriores para perceber os padrões e valores, forjados nas lutas de classe do passado, que orientaram a visão de mundo da “nova” classe trabalhadora, é bastante sugestiva para as preocupações daqueles que se propuseram a explicar processos de formação de classe diferenciados em relação ao modelo europeu, procurando perceber o peso de situações históricas específicas (a dominação colonial, o trabalho compulsório, os preconceitos historicamente enraizados, etc) dos países periféricos.

²² Peter Linebaugh & Marcus Rediker, *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008. Sobre esse aspecto ver especialmente a conclusão da obra.

²³ M. Linden, “História do trabalho”, p. 3.

²⁴ Havia, é certo, por origem familiar, uma forte sensibilidade de Thompson para a situação indiana, e tanto a Índia quanto o Brasil são mencionados em seu *Costumes em Comum*, respectivamente para tratar dos motins por alimentos e do paternalismo senhorial escravista. E. P. Thompson, *Costumes em comum*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1998.

A penetração da referência aos escritos de Thompson no Brasil é posterior em mais de uma década à publicação original de *A formação da classe operária inglesa*.²⁵ Por essa época, Thompson já aparecia na introdução do primeiro livro acadêmico sobre o movimento operário brasileiro, publicado por um historiador universitário.²⁶ E frequentava também algumas das obras dos cientistas sociais brasileiros que, antes dos historiadores, se preocuparam com o estudo mais sistemático da classe trabalhadora.²⁷

Um bom indicador da importância da referência a Thompson no Brasil pode ser encontrado na coletânea de entrevistas *Conversas com historiadores brasileiros*,²⁸ que reúne depoimentos de quinze entre os mais destacados representantes da área. Destes, sete mencionam explicitamente a importância do referencial Thompsoniano em seus trabalhos. Há, entre os demais, pelo menos uma outra depoente que, embora não mencione esta referência, faz dela uso direto em seus trabalhos.²⁹ Portanto, nota-se a importância da obra de Thompson no Brasil entre todas as gerações de historiadores ainda ativos, dos formados nos anos 1950, aos que foram seus alunos nos anos 1970 e começaram a publicar seus trabalhos na década de 1980.

Um apanhado menos que superficial das referências à obra de E. P. Thompson na historiografia brasileira deve estar atento a diversas áreas. Seus estudos sobre movimentos de protesto coletivo e motins da multidão tiveram forte influência sobre os estudos de historiadores brasileiros a respeito de motins urbanos, à exemplo da revolta da vacina no Rio de Janeiro da primeira década do século XX. As análises de Thompson sobre a lei e o crime influenciaram muitas pesquisas sobre a legislação

²⁵ E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987-1988, 3 vols. (1a. ed. inglesa, *The making of the English working class*, London, Victor Gollanez, 1963).

²⁶ Bóris Fausto. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1976.

²⁷ Ver por exemplo o estudo sobre os quebra-quebras de trens nos anos 1970, que tomavam como referência a análise de Thompson sobre a “economia moral da multidão”, escrito por José Álvaro Moisés e Verena Martinez-Alier, “A Revolta dos Suburbanos ou ‘Patrão o Trem Atrasou’” In *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Cedec, 1978.

²⁸ Moraes, José G. V. & Rego, José M. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo, Ed. 34, 2002.

²⁹ Os entrevistados que mencionam E. P. Thompson são Emília Viotti da Costa, Fernando Novais, Maria Odila da Silva Dias, Ciro Flamarion Cardoso, Edgard De Decca, João José Reis e Laura de Mello e Souza. Também é entrevistada Angela de Castro Gomes, que embora não mencione Thompson na entrevista recorre a sua obra em *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988.

brasileira e as formas de criminalização dos modos de viver das populações pobres e trabalhadoras, tanto no período mais recente, quanto sob a vigência da escravidão. Estudos sobre a escravidão, aliás, foram em grande parte renovados nos anos 1980 buscando em Thompson fonte de inspiração. Também no campo das análises sobre a “cultura popular” e nos debates teóricos sobre a “história cultural”, E. P. Thompson é presença marcante entre os historiadores brasileiros. É claro, no entanto, que é mais sensível a repercussão de seus estudos naquela especialidade do conhecimento que mais diretamente foi afetada por sua obra: os estudos sobre a classe trabalhadora, suas organizações, movimentos e relações com o Estado e as classes dominantes.

No que tange aos estudos sobre a classe trabalhadora, Claudio Batalha já apontou a importância tanto da emergência das greves do ABC, quanto “a contribuição e influência da produção historiográfica vinda do exterior”, para a renovação dos estudos produzidos nos anos 1980. Segundo ele, “um papel primordial coube à historiografia marxista inglesa, particularmente *A formação da classe operária inglesa*, de Edward Thompson”.³⁰

Os estudos publicados na virada dos anos 1970 para os 1980, centrados principalmente na análise da formação da classe operária no Brasil, introduziram, progressivamente, referências ao historiador inglês. É o caso do texto escrito entre 1979 e 1981 e publicado no ano seguinte por Hardman e Leonardi.³¹ No livro há referências a Thompson já no prefácio de Paulo Sérgio Pinheiro, que tentava mostrar como a definição de classe a partir de Thompson permitia romper com visões sobre a anomia ou fragilidade da classe operária no Brasil. Dizia ele:

A classe operária deve ser definida, como já lembrou E. P. Thompson, pelos trabalhadores como eles vivem a sua própria história; a classe é a consciência que emerge da luta de classes. Conseqüentemente, nenhuma experiência de uma classe operária pode ser considerada mais ‘verdadeira’ do que outra. Não há nenhum sentido em submeter o proletariado brasileiro a uma competição com o proletariado de outros países, atribuindo ao nosso uma classificação patológica: fraco, apático, sofrendo de uma falsa consciência aguda, e às vezes até como incapaz de sua missão histórica, e assim por diante.³²

³⁰ Batalha, Claudio H. M. “A Historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências”. In Freitas, Marcos C. de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2001, p. 152.

³¹ Hardman, Francisco Foot & Leonardi, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo, Global, 1982.

³² Pinheiro, Paulo S. “Prefácio”. Em Idem, *ibidem*, p. 14.

O mesmo tipo de preocupação parecia estar embalando as revisões sobre os estudos a respeito da classe trabalhadora produzidos sob a égide da sociologia industrial ou do trabalho. Diante do retomar das lutas operárias a partir de 1978, indagavam-se as interpretações do passado operário brasileiro, revendo imagens de determinação estrutural de uma subordinação da classe, desprovida de iniciativa histórica. É o tipo de análise que compõe a resenha de Paoli, Sáder e Telles, publicada pela Revista Brasileira de História, em 1983. Embora Thompson não seja ali explicitamente citado, percebe-se a presença de uma dada leitura de seu conceito de experiência e de agência dos sujeitos, que, como vimos, estava presente de forma mais explícita em outros trabalhos dos autores da resenha:

Impressionados pelas demonstrações desses sinais de vida própria dos dominados, muitos de nós nos voltamos para a interrogação do seu significado e de sua gestação. Vivemos todo um movimento intelectual de revisão histórica, buscando as raízes do presente, invisíveis nas formas passadas de representação do social. Foi então questionada uma imagem construída intelectualmente, no interior da qual os trabalhadores eram vistos como subordinados ao Estado graças a determinações estruturais da industrialização brasileira. Apoiados nos novos movimentos sociais, toda uma produção teórica recente procura captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas. O que para nós definiu uma ruptura com a produção anterior sobre a classe operária foi a noção de *sujeito* que emerge dessa nova produção, isto é, o estatuto conferido às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade. E foi precisamente isso que estruturou nossa questão e nos levou a pensar as obras do período anterior como compondo um paradigma no qual a classe aparece como sujeito subordinado, sem uma dinâmica própria que emerja de suas práticas, determinado por condições exteriores à sua existência concreta.³³

Retomando a discussão de Hardman e Leonardi, Thompson aparece em seu estudo, também a partir da discussão sobre “um determinado conceito de classe, que fugindo às classificações acadêmicas e sociologizantes, as quais esvaziavam historicamente seu sentido, ao defini-lo enquanto ‘estrutura’ ou ‘categoria’, tenta apreendê-lo concretamente”.³⁴ E passam então a citar Thompson, em algumas das famosas passagens do Prefácio de *A formação...*

Estabelecendo algumas comparações, também nas historiografias sulafricana e indiana, a segunda metade da década de 1970 é o momento inicial da repercussão da

³³ Paoli, Maria Célia; Sader, Eder & Telles, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, No. 6. São Paulo, set. 1983, pp. 131-132.

³⁴ Hardman, F. F. & Leonardi, V. *História da indústria...*, op. Cit., pp. 317-318.

história social inglesa associada à New Left de uma forma geral e de E. P. Thompson e seu estudo sobre a formação da classe trabalhadora, de forma mais específica.

No caso da África do Sul, data de 1977 a criação do History Workshop na Universidade de Witwatersrand, sob inspiração direta do History Workshop da Universidade de Oxford, mas também encorajado pelo esforço de criação de maiores vínculos entre os professores e estudantes universitários progressistas e os movimentos sociais, fosse o movimento operário ou o movimento anti-apartheid (que em 1976 havia reemergido através das lutas dos estudantes de Soweto). Naquele momento, o papel renovador da referência à história social inglesa estava em permitir uma alternativa não conservadora à “corrente dominante na história sulafricana ‘radical’ [que] era um marxismo instrumentalista e estruturalista, no qual a atividade e a agência humanas quase não figuravam”.³⁵

No caso indiano, o recurso aos estudos de Thompson em fins dos anos 1970 também foram importantes para contrapor uma crítica mais elaborada aos “pressupostos economicistas dominantes nos escritos sobre os protestos da classe trabalhadora”, conforme situa Chitra Joshi. Segundo ela, “a crítica ao economicismo de E. P. Thompson teve um poderoso impacto sobre os historiadores, tornando-os mais sensíveis à necessidade de estudar o poder das tradições culturais no entendimento do comportamento das multidões.”³⁶

Isto porque, o quadro das elaborações em história do trabalho na Índia era influenciado, guardadas as devidas proporções, pela dupla tradição que Thompson pretendeu criticar com seu *A formação...*, em inícios dos anos 1960.³⁷ De uma lado, a economia de matriz liberal, que se construiu em torno de uma matriz conhecida – lá como aqui – como “teoria da modernização”, e que pensava o desenvolvimento econômico capitalista (e como consequência direta a formação de uma classe operária típica) como uma etapa necessária do percurso histórico indiano, travada pela forte permanência de relações econômicas e comunitárias tradicionais. De outro lado, um marxismo inserido na ortodoxia soviética que, analogamente, apostava no

³⁵ P. Bonner, “New History: the History Workshop in South Africa, 1977-1994”, *The Journal of American History*, vol. 81, No. 3, Dec 1994, p. 998.

³⁶ Chitra Joshi, *Lost Worlds*, op. cit., pp. 4-5.

³⁷ Thompson em vários momentos afirmou que seu livro atacava “duas ortodoxias ao mesmo tempo, a história econômica quantitativa e o marxismo dogmático”. “O espírito *whig* sem o elitismo: entrevista com E. P. Thompson”, In Pierre Bourdieu (e outros), *Liber 1*, São Paulo, Edusp, 1997, p. 172.

desenvolvimento das relações de produção capitalistas, por sobre as relações comunitárias tradicionais, tidas como pré-capitalistas (ou feudais) e, por isso mesmo, buscava referência política e focava seus estudos apenas naqueles setores da classe trabalhadora local mais próximos do modelo do operariado europeu, tratando como resquícios pré-capitalistas em processo de superação todas as relações de trabalho e os setores da classe que não se encaixassem no modelo.

Prabhu Mohapatra demonstrou como tal modelo referenciado na ortodoxia marxista aplicado à análise da classe trabalhadora gerou uma abordagem da “transição” em duplo viés: estrutural e cultural. “A transição estrutural envolvia a transformação do modo de produção do pré-capitalismo (feudal de acordo com alguns) para o capitalismo, e a correspondente mudança na estrutura da força de trabalho de predominantemente agrícola para a forma industrial, isto é, de uma existência camponesa para uma existência como trabalhadores industriais.” Ao mesmo tempo, tal abordagem comportava uma idéia de transição cultural “como uma transformação da consciência comunitária em consciência de classe.”³⁸ Essa perspectiva acabava por obliterar a possibilidade de entendimento do peso das matrizes religiosas, de casta, de região, na forma própria de formação da consciência dos trabalhadores indianos, algo que a perspectiva ortodoxa era incapaz de explicar porque por definição seu conceito de consciência de classe era tão “universalista” que desprezava os padrões e valores próprios a cada situação histórica particular que Thompson tanto valorizou.

É interessante, porém, acompanhar o argumento de Rajnarayan Chandavarkar, em estudo específico sobre a influência de Thompson na historiografia indiana.³⁹ Para Chandavarkar, a questão a ser respondida é a dos paradoxos da recepção do historiador inglês, valorizado pelos indianos, mas utilizado por perspectivas analíticas que pouco incorporaram algumas de suas preocupações centrais, lendo-o por uma chave muito própria. Segundo ele, mesmo no momento em que Thompson foi recebido com pompa pela Congresso Indiano de História, continuava de pé o predomínio de uma perspectiva estrutural-determinista nos estudos de história social produzidos na Índia. Chandavarkar

³⁸ Prabhu Mohapatra, *Situating the renewal: reflections on labour studies in India*. In www.indialabourarchives.org, último acesso em outubro de 2009.

³⁹ Rajnarayan Chandavarkar, “‘The making of the working class’: E. P. Thompson and Indian History”. *History Workshop Journal*, 43, 1997.

chega a associar essa valorização de Thompson por historiadores sociais tradicionais na Índia com uma suposta dubiedade do argumento thompsoniano:

A originalidade conceitual de *A formação* era, é claro, ter apresentado classe como um fato histórico, mais que estrutural, e os efeitos de agência e luta, experiência e consciência. No entanto, Thompson recusou-se a renunciar à teoria – todavia assumida de forma mais leve – de que classe e consciência de classe eram ‘largamente determinadas pelas relações em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente’. Esse determinismo deu sobrevida à noção de que classe e consciência de classe eram intimamente relacionadas com as características particulares das relações de produção e implicava que ‘a classe trabalhadora’ só existia completamente, e portanto, só poderiam ser propriamente estudadas nas sociedades capitalistas avançadas.⁴⁰

Cabe aqui registrar uma especificidade comparativa do pensamento social brasileiro. Enquanto Chandavarkar e vários outros historiadores indianos se referem ao paradigma estrutural-determinista do marxismo, resistente ainda na década de 1970, e tratam o marxismo, a partir desse paradigma dominante, como um bloco de referência teórica homogêneo, no Brasil a tradição derivada das críticas ao modelo etapista de análise marxista do PCB e dos intelectuais vinculados ao partido (em especial aquelas advindas da chamada “teoria da dependência”) assentou as bases para uma perspectiva marxista não determinista. Assim, o surgimento de uma historiografia social do trabalho de bases universitárias no Brasil já se dá em um contexto de superação do marxismo mais ortodoxo, o que facilita a assimilação de Thompson em bases distintas daquelas apontadas por Chandavarkar.

Ainda assim, a história social do trabalho produzida no Brasil também demorou a superar algumas das análises mais tradicionais sobre a classe trabalhadora, embaladas pelo modelo europeu e concepções próximas à “teoria da modernização”. Talvez isso possa ser parcialmente atribuído ao fato de que a historiografia brasileira enfrentava uma barreira lingüística, que os historiadores da Índia e da África do Sul não possuíam, é claro, para assimilar a história social inglesa. Por isso mesmo, o impulso maior de difusão da referência a E. P. Thompson viria posteriormente à publicação em português de seu *Formação da classe operária inglesa*, em 1987 e os anos 1980-1990 são

⁴⁰ Idem, p. 179. Registro minha discordância com o argumento de Chandavarkar, em primeiro lugar porque a citação de Thompson que utiliza é retirada de uma passagem em que Thompson afirma a determinação direta das relações de produção sobre a experiência, mas não sobre a consciência. Em segundo lugar porque despreza completamente o fato de que Thompson estuda a formação da classe trabalhadora inglesa entre os anos 1780 e 1930, portanto antes do predomínio da grande indústria que caracteriza o “capitalismo avançado”.

profundamente marcados por essa presença.⁴¹ É nesse período mais recente, dos anos 1990 e da década atual, justamente, com o recurso a Thompson e o avanço dos estudos históricos no tempo para pesquisas sobre o pós-1930, que surgem a maior parte das críticas historiográficas mais consistentes aos estudos da sociologia industrial tradicional.

Sobre os últimos anos, poderia ser interessante comparar como a referência Thompsoniana acabou sendo também absorvida por uma perspectiva historiográfica marcada pelo avanço do “culturalismo” como paradigma dominante entre a historiografia acadêmica. Algo que pode ser constatado na Índia, como no Brasil.⁴² Tal comparação, entretanto, exigiria um espaço de análise maior do que o permitido por esta comunicação.

⁴¹ Thompson, E. P. *A formação...*, op. cit. Aos quais se seguiram *Senhores e Caçadores*. (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 e *Costumes e comuns...*, op. cit., entre outros escritos. Cabe ressaltar que tanto a *A miséria da Teoria* (Rio de Janeiro, Zahar, 1981), quanto *Exterminismo e Guerra Fria* (São Paulo, Brasiliense, 1985), já estavam traduzidos antes de *A formação...*, mas a maior parte das referências encontradas ao autor entre pesquisadores brasileiros até o fim dos anos 1980 eram feitas a partir de edições estrangeiras de *A formação...* e da coletânea espanhola *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona, Crítica, 1979.

⁴² Chitra Joshi aponta para a força da perspectiva culturalista na historiografia indiana dos anos 1990, incluindo Chandavarkar nesses marcos. Joshi, *Lost worlds*, op. Cit. pp. 7 e ss. De minha parte, levei adiante uma análise sobre esse aspecto da historiografia do trabalho no Brasil no artigo Marcelo Badaró Mattos, “E. P. Thompson no Brasil”, *Outubro*, no. 14, 2006.

